

MODELO ECONÔMICO BRASILEIRO O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

A divisão entre o litoral e o interior caracterizou, desde o início, a formação territorial da América portuguesa. A implantação colonial valorizou a fachada litorânea, especialmente no Nordeste. Contudo, nos três séculos do período colonial, os caminhos do gado, as vias fluviais e o sonho do ouro abriram as portas do Sertão.

No século XVI, a economia canavieira apropriou-se das planícies e dos tabuleiros litorâneos situados entre as capitanias da Bahia e de Pernambuco. No século VXII, o gado foi expulso dessas terras nobres, e a pecuária se deslocou rumo ao interior, nas direções dos rios Parnaíba e São Francisco, que passou a ser conhecido como o “rio dos currais”. A partir de São Paulo, onde a empresa açucareira se mostrou um fracasso, os colonos avançaram rumo ao interior, nas expedições bandeirantes de apresamento de índios e em busca de ouro e pedras preciosas. As bandeiras embrenharam-se em todas as direções, geralmente seguindo o curso dos rios das bacias do Paraná, Paraguai, São Francisco, Tocantins-Araguaia e Amazônica. Na Amazônia, a colonização foi um empreendimento organizado em conjunto com a Igreja católica, que foi encarregada de estabelecer missões no vale do Amazonas e no baixo curso de seus afluentes, nas quais seria organizada a coleta das “drogas do Sertão”. Nas últimas décadas do século XVII, a confirmação da existência de metais preciosos nas regiões planálticas das capitanias de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás promoveu um novo e maior movimento de povoamento do interior.

A expansão colonial definiu regiões mercantis relativamente autônomas, comandadas por cidades portuárias que as articulavam diretamente com os mercados consumidores de além-mar. No fim do século XIX, o território brasileiro organizava-se como um “arquipélago” de regiões exportadoras.

No Sudeste, a região exportadora de café expandia-se do vale do Paraíba rumo ao Oeste paulista. No Nordeste, modernizava-se o complexo açucareiro da faixa costeira e surgia uma ampla área interior exportadora de algodão. Na Amazônia, além das “drogas do Sertão”, surgiram áreas dedicadas à exportação da borracha natural.

As ligações internas entre as “ilhas” econômicas regionais eram frágeis, pois os mercados externos tinham maior importância do que o embrionário mercado nacional. As ligações ferroviárias cresciam no espaço cafeeiro, mas, de modo geral, quase inexistentes fluxos de comércio terrestre entre as regiões. Entretanto, o espaço cafeeiro gerava economias complementares na sua periferia. As áreas não cafeeiras de Minas Gerais e suas áreas coloniais do Brasil meridional ligavam-se cada vez mais à região cafeeira paulista. Nos cerrados do Brasil central, uma pecuária ultraextensiva, já fornecia carne bovina para São Paulo.

O desenvolvimento do complexo cafeeiro exportador em São Paulo criou as condições necessárias para a industrialização do Sudeste, em especial da cidade de São Paulo. Os empresários industriais surgiram no interior da economia cafeeira, com a criação das primeiras indústrias alimentícias e têxtil. A força de trabalho industrial era também um subproduto dessa econômica, muitos imigrantes deixavam as fazendas nas épocas de crise para se tornarem operários, outros já desembarcavam em Santos em busca de empregos urbanos. A infraestrutura ferroviária implantada na região cafeeira ajudou a transportar as matérias-primas industriais.

No século XX, a industrialização rompeu o isolamento dos mercados regionais. Os manufaturados de São Paulo e do Rio de Janeiro, produzidos com tecnologia superior e em escala industrial, invadiram todo o país. A competição desigual com as mercadorias fabricadas nas outras regiões resultou no predomínio da indústria do Sudeste. A integração econômica do país acelerou-se na década de 1930, quando Getúlio Vargas eliminou os impostos interestaduais que protegiam os mercados regionais.

Embora a industrialização brasileira tenha começado de forma incipiente na segunda metade do século XIX, foi principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial (1914-18) que o país passou por um processo significativo de desenvolvimento industrial e de maior diversificação do parque fabril. Mesmo tendo passado por importantes períodos de crescimento como o da Primeira Guerra, a industrialização brasileira sofreu seu maior impulso a partir de 1929, com a crise econômica mundial decorrente da quebra da Bolsa de Valores de Nova York. Na região Sudeste, essa crise se refletiu na produção do café. A partir de então, as atividades industriais passaram a apresentar índices de crescimento superiores aos

das atividades agrícolas. A Revolução de 1930 desalojou a oligarquia agroexportadora paulista do poder e abriu novas possibilidades político-administrativas em favor da industrialização, uma vez que o grupo que tomou o poder com Getúlio Vargas era nacionalista e favorável a tornar o Brasil um país industrial. O café, porém, permitiu a acumulação de capitais que serviram para implantar toda a infraestrutura necessária ao impulso da atividade industrial.

O GOVERNO VARGAS E A POLÍTICA DE “SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES”

De 1930 a 1956, a industrialização no país caracterizou-se por uma estratégia governamental de implantação de indústrias estatais nos setores de bens de produção e de infraestruturas: siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional – CSN), petroquímica (Petrobras) e bens de capital (Fábrica Nacional de Motores – FNM, que, além de caminhões e automóveis, fabricava máquinas e motores), e também da extração mineral (Companhia Vale do Rio Doce – CVRD) e da produção de energia elétrica (Companhia Hidrelétrica do São Francisco – Chesf). Nesses setores o retorno do capital era muito lento, sendo então pouco atraentes ao capital privado, fosse ele nacional ou estrangeiro. A ação do Estado, portanto, foi decisiva para impulsionar e diversificar os investimentos no parque industrial do país, combatendo os principais obstáculos ao crescimento econômico. O Estado fornecia os bens de produção e os serviços de que os industriais privados necessitavam em suas indústrias de bens de consumo e ainda cobrava por tudo isso preços mais baixos que as empresas privadas.

O termo substituição de importações, embora possa ser utilizado desde que a primeira fábrica foi instalada no país, permitindo substituir a importação de determinado produto, foi o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que iniciou a adoção de medidas fiscais e cambiais para incentivar à produção interna de mercadorias que até então eram importadas.

Até 1930, o mundo capitalista acreditava no liberalismo econômico, ou seja, que as forças do mercado deveriam agir livremente para promover maior desenvolvimento e crescimento econômico. Com a crise, iniciou-se um período em que o Estado passou a intervir diretamente na economia para evitar novos sobressaltos do mercado. Essa prática de intervencionismo estatal na economia ficou conhecida por keynesianismo. Em 1934, Getúlio Vargas promulgou uma nova

Constituição, que incluiu a regulamentação das relações de trabalho. Entre as principais medidas que beneficiaram o trabalhador, figuravam a criação do salário mínimo, as férias anuais e o descanso semanal remunerado. Graças a intervenção do Estado, houve grande crescimento da produção industrial nessa época, com exceção do período da Segunda Guerra.

O GOVERNO DUTRA E O PLANO SALTE

Devido à afinidade ideológica de Getúlio Vargas com o nazifascismo, que foi derrotado na Segunda Guerra, as oposições liberais se fortaleceram e, em 1945, conseguiram depor o presidente. Com a sua saída, assumiu a presidência o general Eurico Gaspar Dutra, em 1946, que instituiu o Plano Salte (saúde, alimentação, transportes, energia e educação). Até 1950, quando terminou seu mandato, o Brasil passou por grande incremento da capacidade produtiva.

A exportação de produtos agrícolas, industriais e minerais para os países europeus participantes da Segunda Guerra, proporcionou ao Brasil um enorme saldo positivo na balança comercial, saldo este que foi utilizado no decorrer do governo Dutra, com a importação de máquinas e equipamentos para as indústrias têxteis e mecânicas, com o reequipamento do sistema de transportes e com o incremento da extração de minerais metálicos, não metálicos e energéticos.

Além disso, houve forte mudança na política econômica do país com a abertura à importação de bens de consumo, o que contrariava os interesses da indústria nacional. Os empresários nacionais defendiam a reserva de mercado, isto é, que o governo adotasse medidas que tornassem as mercadorias importadas mais caras ou mesmo proibissem sua entrada no país.

O RETORNO DE GETÚLIO E DA POLÍTICA NACIONALISTA

Ao retornar à presidência em 1951, eleito pelo povo, Getúlio Vargas retomou seu projeto nacionalista: passou a investir em setores que deram suporte e impulsionaram o crescimento econômico (transportes, comunicações, produção de energia elétrica e petróleo) e restringiu a importação de bens de consumo. Apoiado por um grande movimento nacionalista popular, Getúlio dedicou-se à criação da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No confronto entre os getulistas, defensores da política nacional-desenvolvimentista, e os liberais, que preferiam promover a abertura da economia aos produtos e capitais estrangeiros, o projeto de Getúlio acabou sendo derrotado. Os liberais argumentavam que, com a economia fechada, a modernização e a expansão do parque industrial nacional ficavam dependentes do resultado da exportação de produtos primários, particularmente do café, resultava em crise na modernização e expansão do parque industrial.

JUSCELINO KUBITSCHEK E O PLANO DE METAS

Houve grande crescimento econômico durante o seu governo (1956-1961) em consequência da implantação do chamado **Plano de Metas**. Tratava-se de um amplo programa de desenvolvimento que previa maciços investimentos estatais em diversos setores da economia (agricultura, saúde, educação, energia, transportes, mineração e construção civil) tornando o Brasil um país atraente aos investimentos estrangeiros. A ideologia desenvolvimentista baseava seu plano no *slogan* de fazer o país crescer “50 anos em 5”. Foi nessa época que a capital federal foi transferida do litoral para o interior, com a construção de **Brasília**, inaugurada em 1960.

Devido aos investimentos estatais em obras de infraestrutura e incentivos do governo, houve expressivo ingresso de capital estrangeiro, responsável por grande crescimento da produção industrial, principalmente nos setores automobilísticos, químico-farmacêutico e de eletrodomésticos. O parque industrial brasileiro passou, assim, a contar com a significativa produção de bens de consumo duráveis, o que sustentou e deu continuidade à política de substituição de importações.

O sucesso do Plano de Metas resultou num significativo aumento da inflação e da dívida externa. O afastamento da capital federal do centro econômico e populacional do país e a opção pelo transporte rodoviário, sistema não recomendável em países territorialmente extensos, como o nosso, marcaram economicamente o Brasil de forma duradoura e negativa. A competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional diminuiu e a economia foi influenciada negativamente, a partir de meados da década de 1960 e perdurando até os dias atuais.

Apesar da transferência da capital para o Centro-Oeste, a política do Plano de Metas acentuou a concentração do parque industrial na região Sudeste, agravando

os contrastes regionais. As migrações internas se intensificaram nesse período, provocando o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. A concentração do parque industrial do Sudeste determinou a implementação de uma política federal de planejamento econômico para o desenvolvimento das demais regiões. Foram criadas então diversas superintendências visando o desenvolvimento dessas regiões, praticamente, estagnadas. Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste), Sudesul (Superintendência do Desenvolvimento do Sul) e a Codevasf (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco), entre outras que foram extintas ou transformadas em agências de desenvolvimento a partir de início da década de 1990.

O GOVERNO JOÃO GOULART E A TENTATIVA DE REFORMAS

João Goulart, conhecido como Jango, foi um político ligado ao trabalhismo que exerceu o cargo de ministro do Trabalho de Getúlio Vargas e se elegeu duas vezes como vice-presidente, nos mandatos de JK e Jânio Quadros. Na época, era permitido votar para presidente e vice-presidente de partidos ou coligações diferentes. No decorrer de seu governo, o Brasil passou por uma grande crise política, iniciada em 25 de agosto de 1961 com a renúncia do presidente Jânio, empossado poucos meses antes. A crise agravou-se com os problemas econômicos herdados do governo JK, com a dívida externa e, sobretudo, a inflação.

A posse de Jango, em 25 de setembro de 1961, ocorreu após a instauração do **parlamentarismo**, que reduziu os poderes do chefe executivo, ou seja, do presidente. Essa foi uma manobra política para resolver uma crise institucional: os três ministros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) pressionavam o Congresso a votar pela desqualificação de Jango como presidente por motivos de “segurança nacional” (no contexto da Guerra Fria, desqualificava-se o governante dizendo que o mesmo era comunista). Assim, durante o período parlamentarista do governo João Goulart (até início de 1963), como presidente não conseguiu estruturar uma diretriz de política econômica, houve aumento da inflação e do desemprego e

redução nas taxas de crescimentos, problemas que haviam provocado várias greves em 1962.

Em 6 de janeiro de 1963, o retorno do providencialismo foi aprovado através de um plebiscito com 82% votos, permitindo encaminhar as reformas de base de Jango, onde se propunha uma ampla reforma dos sistemas tributário, bancário e eleitoral, a regulamentação dos investimentos estrangeiros e da remessa de lucros ao exterior, além da reforma agrária e de investimentos maciços em saúde e educação. Tal política, de caráter claramente nacionalista, foi tachada de comunista pelos setores mais conservadores da sociedade civil e militar, proporcionando as condições para o golpe militar ocorrido em 31 de março de 1964.

Na verdade, o que estava em jogo não era o embate entre socialismo e capitalismo, mas o papel que cabia ao Estado: investir no setor público (educação, saúde, habitação, infraestrutura urbana e agrária) ou em setores que beneficiavam as empresas privadas (construção de usinas e rodovias).

O PERÍODO MILITAR

Em 1º de abril de 1964, iniciou-se no país o regime militar, de caráter ditatorial. O Brasil possuía o 43º PIB do mundo capitalista e uma dívida externa de 3,7 bilhões de dólares. Em 1985, ao término do regime, o Brasil apresentava o 9º PIB do mundo capitalista, mas, em compensação, sua dívida externa saltou para aproximadamente 95 bilhões de dólares, ou seja, crescemos muitos, mas à custa de um pesado endividamento. O parque industrial cresceu de forma bastante significativa e a infraestrutura nos setores de energia, transportes e comunicações se modernizou. Porém, embora os indicadores econômicos tenham evoluído positivamente, a desigualdade social foi muito ampliada nesse período, concentrando renda nos estratos mais ricos da sociedade.

Entre 1968 e 1973, período conhecido como “milagre econômico”, a economia brasileira desenvolveu-se em ritmo acelerado. Esse ritmo de crescimento foi sustentado por grandes investimentos governamentais que promoveram grande expansão na oferta de alguns serviços prestados por empresas estatais, como energia e comunicações. No entanto, várias obras tinham necessidade, rentabilidade ou eficiência questionáveis, como as rodovias Transamazônica e Perimetral Norte e o acordo nuclear entre Brasil e Alemanha, daí o crescimento da dívida externa, pois

os recursos utilizados nesses setores não rentáveis da economia eram do capital externo.

Outro aspecto importante na questão do crescimento econômico no período militar foi o dos investimentos externos que penetrou em vários setores da economia, principalmente na extração de minerais metálicos (projeto Carajás, Trombetas e Jari), na expansão de áreas agrícolas (monoculturas de exportação), nas indústrias química e farmacêutica e na fabricação de bens de capital (maquinas e equipamentos) utilizados pelas indústrias de bens de consumo.

A taxa de lucro dos empresários foi ampliada com a diminuição dos salários reais, ou seja, reduzindo-se o poder aquisitivo dos trabalhadores. Em resposta à inquietação dos trabalhadores ao verem seus salários apertados, o então ministro da Fazenda Delfim Netto utilizava a frase que ficou famosa “é necessário fazer o bolo crescer para depois reparti-lo”. Diante dessa nova realidade do governo de honrar os compromissos da dívida se resumia na frase “exportar é o que importa”. Enfim, as soluções encontradas foram desastrosas para o mercado interno de consumo: arrocho salarial; subsídios fiscais para exportação (cobrava-se menos imposto por um produto exportado que por um similar vendido no mercado interno); negligência com o meio ambiente; desvalorização cambial (a valorização do dólar em relação ao cruzeiro, moeda da época, facilitava as exportações e dificultava as importações); combate à inflação por meio da diminuição do poder aquisitivo.

EXERCÍCIOS

1. (PUCPR - 2015) Sobre o processo de industrialização do Brasil, de acordo com o quadro abaixo e relacionando com seus conhecimentos prévios, é **CORRETO** afirmar que:

BRASIL: ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS EXISTENTES EM 1920, DE ACORDO COM A DATA DE FUNDAÇÃO DAS EMPRESAS			
Data de fundação	Número de estabelecimentos	Número médio de operários por estabelecimento	Valor da produção (%)
Até 1884	388	76	8,7
1885-89	248	98	8,3
1890-94	452	68	9,3
1895-99	472	29	4,7
1900-04	1 080	18	7,5
1905-09	1 358	25	12,3
1910-14	3 135	17	21,3
1915-19	5 936	11	26,3
Data desconhecida*	267	16	1,6
Total	13 336	20	100,0

SENE, Eustáquio; MOREIRA, João Carlos. *Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização*.

São Paulo: Scipione, 2010, p. 13. Volume 3

A) o boom de industrialização no Brasil ocorre na primeira metade do século XIX, quando a Revolução Industrial se espalha pelos países do bloco capitalista.

B) com o desenvolvimento do processo de industrialização no Brasil, o número médio de operários aumentou significativamente em cada estabelecimento, principalmente no período da Primeira Guerra Mundial.

C) apesar de o desenvolvimento industrial do Brasil ocorrer de forma incipiente já no final do século XIX, é a partir da década de 1910 do período que abrange a Primeira Guerra Mundial e do seu período logo posterior que verificamos uma grande aceleração, tanto no aumento do número de estabelecimentos quanto no valor percentual da produção.

D) no período correspondente ao primeiro pós-guerra, o número de estabelecimentos industriais declinou consideravelmente devido aos esforços de reconstrução da Europa e ao impedimento de empréstimos estrangeiros.

E) os últimos anos do século XIX correspondem ao período em que o valor da produção atingiu o seu ápice dentro de todo o período considerado no quadro.

2. (UPE - 2015) No ano de 1930, o Brasil evidenciava uma grande produção de café, e praticamente o mundo mergulhava numa gravíssima crise econômica. Contudo, essa crise teve um “lado positivo” para o Brasil, o de

- A) aumentar consideravelmente a exportação de açúcar para os Estados Unidos.
- B) diminuir as tensões sociais e políticas internas com a adoção do Poder Sindical.
- C) incrementar o extrativismo do ouro, especialmente na área de Serra Pelada.
- D) despertar a consciência sobre a necessidade de industrialização como forma de alterar o panorama existente.
- E) instalar no país um regime de características democráticas e socializantes dos meios de produção.

3. (UNICAMP - 2012) O Brasil experimentou, na segunda metade do século 20, uma das mais rápidas transições urbanas da história mundial. Ela transformou rapidamente um país rural e agrícola em um país urbano e metropolitano, no qual grande parte da população passou a morar em cidades grandes. Hoje, quase dois quintos da população total residem em uma cidade de pelo menos um milhão de habitantes.

(Adaptado de George Martine e Gordon McGranahan, “A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas”, em Rosana Baeninger (org.), *População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais*. Campinas: Nepo / Brasília: UNFPA, 2010, p. 11.)

Considerando o trecho acima, assinale a alternativa correta.

- A) A partir de 1930, a ocupação das fronteiras agrícolas (na Amazônia, no Centro-Oeste, no Paraná) foi o fator gerador de deslocamentos de população no Brasil.
- B) Uma das características mais marcantes da urbanização no período 1930-1980 foi a distribuição da população urbana em cidades de diferentes tamanhos, em especial nas cidades médias.
- C) Os últimos censos têm mostrado que as grandes cidades (mais de 500 mil habitantes) têm tido crescimento relativo mais acelerado em comparação com as médias e as pequenas.

D) Com a crise de 1929, o Brasil voltou-se para o desenvolvimento do mercado interno através de uma industrialização por substituição de importações, o que demandou mão de obra urbana numerosa.

4. (UFPA - 2011) A atividade industrial e a industrialização brasileira estão desigualmente distribuídas pelas regiões do país. Construídas predominantemente no século XX, elas são componentes da modernização urbana que reinventa nossa sociedade e dinâmica espacial. Sobre a indústria e industrialização brasileira, é correto afirmar:

A) A industrialização tem suas raízes fincadas na economia da cana-de-açúcar e do café, que possibilitou a acumulação de capital necessária para a diversificação em investimentos no setor industrial, e esse fato permitiu a produção de bens de consumo duráveis, sobretudo automóveis e eletrodomésticos.

B) A indústria nasce dos capitais restantes do declínio da economia da cana-de-açúcar e do café. Esses capitais impulsionaram uma diversidade de pequenas indústrias de produção de bens de consumo não duráveis, tais como perfumaria, cosméticos, bebidas, cigarros, que apoiadas pelo Estado se difundiram pelo país.

C) A ação do Estado foi fundamental para desencadear o processo de industrialização brasileira, por exemplo, criando empresas estatais, como a antiga Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, para investir na indústria de base. Sem elas não seria possível a implantação de indústria de bens de consumo duráveis.

D) A industrialização brasileira é fruto da capacidade inovadora do Estado e do empresariado nacional. Este último não mediu esforços para construir em todo o território nacional sistemas de transporte, comunicação, energia e portos, necessários à circulação de bens, serviços e pessoas por todas as regiões.

E) A industrialização brasileira se tornou possível a partir de investimentos do capital internacional, que não mediu esforços para construir em todo o território nacional sistemas de transporte, comunicação, energia e portos, necessários à circulação de bens, serviços e pessoas por todas as regiões.

5. (UFRGS - 2010) Após a Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países latino-americanos implementou políticas de industrialização por substituição de importações que tiveram resultados diversos.

Considere as seguintes afirmações sobre os efeitos que a implementação dessas políticas teve no Brasil.

I - Ela acelerou a migração campo-cidade.

II - Ela favoreceu a industrialização nas regiões Sudeste e Sul.

III - Ela reforçou o papel do Estado brasileiro nas políticas territoriais.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas II.

C) Apenas III.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

6. (UNESP - 2010) É possível afirmar através de uma visão de síntese do processo histórico da industrialização no Brasil entre 1880 a 1980, que esta foi retardatória cerca de 100 anos em relação aos centros mundiais do capitalismo. Podemos identificar cinco fases que definem o panorama brasileiro de seu desenvolvimento industrial: 1880 a 1930, 1930 a 1955, 1956 a 1961, 1962 a 1964 e 1964 a 1980.

Leia com atenção as afirmações a seguir, identificando-as com a sua fase de desenvolvimento industrial.

I. Modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro, sem descentralizar a indústria do Sudeste de forma significativa em direção a outras regiões brasileiras; corresponde ao período de Juscelino Kubitschek, com incremento da indústria de bens de consumo duráveis e de setores básicos.

II. Modelo de política nacionalista da Era Vargas, com o desenvolvimento autônomo da base industrial demonstrado através da construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ressalta-se que, neste período, a Segunda Guerra Mundial impulsionou a industrialização.

III. Período de desaceleração da economia e do processo industrial motivados pela instabilidade e tensão política no Brasil.

IV. Implantação dos principais setores da indústria de bens de consumo não duráveis ou indústria leve, mantendo-se a dependência brasileira em relação aos países mais industrializados. O Brasil não possuía indústrias de bens de capital ou de produção.

V. Período em que o Brasil esteve submetido a constrangimentos econômicos, financeiros e sociais devido a seu endividamento no exterior com o objetivo de atingir o crescimento econômico de 10% ao ano. Mesmo assim, não houve muitos avanços na área social. Modernização conservadora com o Governo Militar.

(Secretaria da Educação. Geografia, Ensino Médio. São Paulo, 2008. Adaptado.)

A sequência das fases do desenvolvimento industrial brasileiro descritas nas afirmações é

- A) IV, II, I, III, V.
- B) I, II, V, IV, III.
- C) III, IV, V, I, II.
- D) I, III, II, V, IV.
- E) III, IV, II, V, I.

7. (UFPR - 2010) A partir do momento em que a atividade industrial se afirma como o setor que comanda a economia brasileira, o espaço geográfico brasileiro vai sendo organizado de forma diferente. Antes da industrialização, com efeito, não havia um espaço nacional propriamente dito, uma integração econômica efetiva entre todas as áreas do país.

(Adaptado de VESENTINI, J. W. Sociedade e espaço: geografia geral e do Brasil. 31. ed. São Paulo: Ática, 2000, p. 170.)

Com base no texto e nos conhecimentos de geografia, assinale a afirmativa correta.

- A) A integração econômica do território brasileiro somente ocorreu devido à expansão da agroindústria para o Centro-Oeste.
- B) A indústria cafeeira, ao criar novos fluxos migratórios inter-regionais, foi a responsável pela integração econômica do território.

C) A integração econômica ocorreu entre as regiões litorâneas sem abranger o interior, pelo fato de que ali se localizavam as principais cidades e, portanto, o comércio.

D) A produção de borracha e a industrialização oriunda dessa atividade foi o principal fator de ocupação dos “vazios demográficos” e de integração comercial do território.

E) Com a industrialização, o estado de São Paulo passou a comprar matérias-primas dos outros estados e a vender produtos industriais, integrando assim o mercado nacional.

8. (UFPR - 2010) Leia os trechos da letra da canção a seguir:

Três apitos

Quando o apito da fábrica de tecidos

Vem ferir os meus ouvidos

Eu me lembro de você.

[...]

Você que atende ao apito

De uma chaminé de barro,

Por que não atende ao grito tão aflito

Da buzina do meu carro?

[...]

Mas você não sabe

Que enquanto você faz pano

Faço junto do piano

Estes versos pra você.

Nos meus olhos você vê

Que eu sofro cruelmente,

Com ciúmes do gerente impertinente

Que dá ordens a você.

(Noel Rosa)

(Disponível em: <<http://tresapitos.noelrosa.letrasdemusicas.com.br/>>. Acesso em 02 abr. 2010.)

Com base na letra da canção e nos conhecimentos sobre industrialização brasileira, é correto afirmar:

A) Trata-se de um processo destituído de relevância social, porque passou despercebido pela população das metrópoles, cujo cotidiano manteve-se inalterado.

B) Alterou as relações campo–cidade, as paisagens urbanas, os hábitos de consumo das pessoas, as relações sociais e criou novas profissões e postos de trabalho.

C) A indústria têxtil prejudicou o desenvolvimento do setor automobilístico, porque em ambos havia grande necessidade de mão de obra especializada.

D) Os apitos das fábricas foram proibidos nas grandes metrópoles industrializadas, porque provocavam poluição sonora que era potencializada pelas buzinas dos carros.

E) Manteve inalterado o equilíbrio populacional entre campo e cidade, porque as indústrias têxteis demandavam pouca mão de obra, dado o seu alto grau de mecanização.

9. (UFPEL - 2006) Apesar de o Brasil ter atingido um patamar de crescimento econômico significativo com o desenvolvimento do setor secundário da economia, as condições de subdesenvolvimento continuam castigando a sociedade brasileira. Isso dá ao país um perfil de subdesenvolvimento industrializado.

Com base nas informações anteriores e em seus conhecimentos, é correto afirmar que

A) o Brasil, mesmo não tendo superado a situação de subdesenvolvimento, industrializou-se, apoiado na iniciativa de milhões de trabalhadores e na extensa abertura do mercado externo aos produtos brasileiros.

B) imensa parcela da população brasileira continua excluída da participação na renda auferida com a ampliação da produção industrial e do conseqüente crescimento econômico.

C) o Brasil possuiu o referido perfil apenas no período pré-industrial, antes que o intervencionismo estatal preparasse as bases para a implantação da verdadeira revolução industrial brasileira.

D) a nova industrialização, por causa da atual "vocação agrícola" do Brasil   parcial, pois o parque industrial   incompleto e está em processo de sucateamento desde os meados dos anos 70.

E) a implantação da industrialização brasileira não resultou em uma profunda crise agrária, pois não se fez acompanhar de transferência da população do campo para a cidade.

10. (PUCSP - 2002)

Modalidades internas de transporte de cargas nos anos 90			
	Rodoviário	Ferroviário	Hidroviário
EUA	25%	50%	25%
Alemanha	18%	53%	29%
Japão	20%	38%	42%
França	28%	55%	17%
Ex-URSS	4%	83%	13%
Paraguai	47%	4%	49%
Brasil	70%	18%	12%

Fonte: CESP, 1995.

Assinale a afirmação correta referente aos dados da tabela.

A) Os dados demonstram que, para os países de grande extensão territorial, como no caso do Brasil, o transporte ferroviário é pouco empregado por ser inadequado para carga pesada e perigosa.

B) Os países que usam muito as ferrovias são aqueles cujas indústrias locais de meios de transportes especializaram-se e possuem o predomínio do ramo ferroviário.

C) O território do Brasil foi integrado tardiamente, quando ocorria a sua industrialização com base na indústria automobilística, o que vai pesar na opção pelo transporte rodoviário.

D) Os países que fazem um uso reduzido do transporte hidroviário, assim procedem em função de possuírem uma hidrografia natural limitada para essa finalidade.

E) A opção brasileira pelo transporte rodoviário justifica-se porque as ferrovias e as hidrovias são inadequadas para transportar produtos agrícolas a grandes distâncias, em função de sua lentidão.